

RELATO DE EXPERIÊNCIA**LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR: A TRAJETÓRIA DA GERAÇÃO 1968****RESISTANCE AGAINST THE MILITARY DICTATORSHIP: THE TRAJECTORY OF THE 1968 GENERATION****ROBERTO RIBEIRO CORRÊA¹****SENSAÇÕES NÃO TÃO REMOTAS DO 1º DE ABRIL DE 1964**

Com o golpe militar de março-abril de 1964, o Brasil viveu a mais longa e dramática experiência política de ruptura institucional de sua história. No período que se segue a esse evento de subversão da ordem estabelecida, o Estado democrático de direito é brutalmente derogado em sua organicidade constitucional e sistêmica, com o propósito único de forjar espaços artificiais de sustentação política e de governabilidade para uma coalizão de poder, constituída de militares e de civis, a qual, com a supremacia dos primeiros, dominaria com mão de ferro a cena política brasileira por na- da menos do que 21 anos. Em meio a esse drama político, marcado por avanços e recuos, puderam os brasileiros comprovar na prática o aforismo de que nenhum monarca, ditador ou grupo de oligarcas é jamais absoluto.

Nesse cenário de repressão política continuada, a resistência democrática ganha força em iniciativas de protesto oriundas dos mais variados setores da sociedade civil, com especial destaque para as lideranças operárias, estudantis, trabalhadores urbanos e rurais, camponeses, religiosos, professores, juristas, jornalistas e intelectuais; tudo isso no sentido de denunciar a repressão e lutar pelo retorno ao Estado democrático de direito, mediante desativação das seis instâncias institucionais responsáveis pela manufatura da falsa legitimidade e coação do regime militar: a polícia política, a espionagem, a censura da imprensa, a censura das diversões públicas, o julgamento sumário de supostos corruptos e de subversivos, e a propaganda política.

Bom lembrar, que tão logo a ditadura instalou-se no país, teve início uma onda progressiva de eventos de grande significado para o desgaste do regime e de sua pretensa imagem salvacionista. O primeiro deles viria com as eleições para governadores de 11 estados, em outubro de 1965, com a oposição vencendo em Minas Gerais e na Guanabara, provocando, com isso, a reação imediata

de militares da linha-dura, contrários a posse dos oposicionistas eleitos. Como consequência dessa investida, os remotos planos de transitoriedade da intervenção militar, expressos no discurso de posse do presidente Castelo Branco, cedem lugar à “utopia autoritária” da eliminação dos

“óbices” à realização dos “objetivos nacionais permanentes” - fraseologia que passaria a dominar e a orientar as ações e escolhas de boa parte dos atores da coalizão dominante, sintetizadas na montagem do aparato repressivo sistêmico que se implanta ria em todo o país. Com esse aparato, construído com esmerada ausência de pudor legal e democrático, a linha-dura passaria a exercer dominância na coalizão de poder, dificultando assim a continuidade das ações capitaneadas pelas forças vivas da sociedade brasileira. Uma avalanche de atos institucionais, atos complementares, decretos, portarias e uma nova constituição, consolidavam o projeto institucional da ditadura. Em reação a essa investida do regime, uma onda de protestos avança ao longo do ano de 1968, tendo como um dos principais atores sociais o movimento estudantil. Em fins de março o estudante Edson Luís de Lima Souto é morto num conflito com a PM no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, desencadeando passeatas em várias capitais brasileiras, inclusive Belém. Seguem-se os conflitos de rua acompanhados de prisões em massa.

Diante desse avanço da resistência democrática, a reação ditatorial viria em 13 de dezembro de 1968, com a edição do AI-5, quando o princípio da segurança nacional se eleva acima de qualquer outra motivação de jurídica ou de direito. Da nova ordem legal, imposta, resultaria a imprevisibilidade e o esvaziamento da precária simbologia política do voto, das eleições e dos poderes legislativo e judiciário. Esses fatos, no con texto acima analisado, repercutiram em Belém e em cidades do interior do estado onde a resistência e a luta clandestinas ganham dimensão e apoio da sociedade civil.

Com o recrudescimento da repressão, muitos sindicalistas, estudantes e intelectuais são presos, torturados e perseguidos a ponto de perderem seus empregos e verem-se impedidos de assumir outro, mesmo na empresa privada. A comunidade de informação, o SNI, incumbia-se da intriga que chegaria ao absurdo de interferir na contratação de pessoas aprovadas em concurso público ou, mesmo que anteriormente nomeadas, exercerem qualquer função de chefia em órgãos públicos ou empresas estatais. Muitos jovens recém-graduados, apontados como subversivos pelos órgãos de informação, foram impedidos de viajar e continuar

seus estudos de especialização, mestrado e doutorado no exterior e até mesmo no Brasil. Esse empenho de intriga e perseguição dos agentes da repressão chegava, não raramente, a esfera privada com ameaças de retaliação às empresas que insistissem em contratar ex-prisioneiros políticos ou pessoas taxadas de “perigosas” para a segurança nacional.

A simbologia mais evidente dessa fase da vida nacional está registrada nas palavras do então ministro do Trabalho do governo Costa e Silva, Jarbas Passarinho, na reunião do Conselho de Segurança Nacional que aprovou o Ato Institucional Nº 5: “Sei que a Vossa Excelência repugna, como a mim e a todos os membros desse Conselho, enveredar pelo caminho da ditadura pura e simples, mas me parece que claramente é esta que está diante de nós [...] Às favas, senhor presidente, neste momento, todos os escrúpulos de consciência”.

MINHA EXPERIÊNCIA PESSOAL NA RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA

Início apontando como referência cronológica maior de minha trajetória de vida social e política, a interrupção do processo democrático descortinada pelo golpe militar de abril de 1964. Naquela época, era um jovem secundarista as voltas com uma militância política engajada nas hostes de esquerda (recrutado que fui, em 1965, para integrar o então clandestino Partido Comunista Brasileiro – o PCB, também chamado de Partidão) e vivenciada em assembleias de grêmios estudantis, passeatas e reuniões de juventude, tendo por lastro intelectual o acesso a toda uma literatura clássica de corte libertário (Marx, Lênin, Trotsky, Mao, Sartre, Althusser, Garaudy, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Gilberto Freire, Celso Furtado, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, e tantos outros). Frequentava as sessões do cinema de arte e, com frequência, o teatro, em suas versões clássica e popular. Era o fervilhar de uma vida intelectual que tinha o mérito de ser pautada nos ideais de justiça social e liberdade.

Em 1965, fui aprovado em concurso público, passando a integrar, a partir de fevereiro de 1966, o quadro funcional do Banco do Estado do Pará, época em que já se encontrava cursando as séries finais do segundo grau, para, a partir 1968 até 1971, empreender sua formação de 3º grau no bacharelado de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará, antiga Faculdade de Ciências Econômicas e Atuariais.

Nesse mesmo período, habilitei-me e fui aprovado em concurso público para o

Banco da Amazônia, agente financeiro do Governo Federal na Amazônia, órgão do Ministério do Interior (hoje do Ministério da Fazenda), passando a trabalhar nessa estatal a partir de junho de 1969, até sua aposentadoria, em 1995. Com esse percurso, adentrava, portanto, em dois ambientes de militância social e política, diferenciados em objetivos e escopo. No primeiro, os colegas de trabalho e a estreia numa vida sindical regulada pelo Estado autoritário. No segundo, o ambiente intelectual fervilhante acoplado a ações políticas que desembocariam nas famosas jornadas de maio de 1968, refletindo a inflexão de comportamento da juventude em nível mundial, onde a palavra de ordem – é proibido proibir – dava mote à participação contestatória da juventude na luta por melhorias no ensino e sua democratização.

Qual desses dois mundos era o mais arriscado atuar para um jovem idealista frente à ditadura militar que agora, dezembro de 1968, assumiria, com a decretação do AI-5, sua face mais violenta e abjeta? A resposta é: em ambos os mundos o risco era grande, porque assim determinava e fazia o aparato de espionagem e de repressão, marcado por prisões arbitrárias e perseguições de toda a ordem, como veio a ocorrer comigo e tantos outros companheiros dessa época, em setembro/outubro de 1970, pelo que respondi a inquéritos afetos a autoridades coatoras da Marinha, Exército e Aeronáutica, tendo ido a julgamento na Justiça Militar, em Belém, e absolvido em primeira instância e no STM, em julho de 1971, conforme ACE-K003771 0 83, de onde transcrevo o seguinte texto que bem caracteriza o clima de espionagem e perseguição:

RRC (i.e. Roberto Ribeiro Corrêa), FICHADO COMO MILITANTE DA APML FOI INDICIADO EM INQUERITO POR ATIVIDADES SUBVERSIVAS NO MEIO ESTUDANTIL, SENDO ABSOLVIDO PELO STM, EM JUL 71. LIGAVA-SE A LSH (i.e. Le-nilson de Sá Holanda), AT (i.e. Alex Turenko) E CS (i.e. Carlos Sampaio), TODOS COMUNISTAS. ERB (i.e. Edson Benedito Roffé Borges) TEVE, EM ABRIL DE 68, ATUAÇÃO DESTACADA NOS TUMULTOS ESTUDANTIS OCORRIDOS EM BELEM PA. HSMG (i.e. Hélio Santana Mairata Gomes) FIGURA COMO COLABORADOR DO JORNAL BANDEIRA 3 E EM 1972, MANIFESTOU DESEJO DE CURSAR ANÁLISE DE PROJETOS E DESENVOLVIMENTO NA CEPAL, CHILE. RRC, EBRB E HSMG SÃO FUNCIONÁRIOS DO BASA (Banco da Amazônia) E FORAM CITADOS COMO ELEMENTOS POSSUIDORES DE MATERIAL VERSANDO SOBRE O TEMA GREVE.

Segundo o SNI, Roberto Ribeiro Corrêa atuou com destaque de liderança no meio estudantil secundarista, universitário e sindical, tendo sido, na primeira dimensão de luta, um dos responsáveis pela edição do semanário “O Papagaio”, órgão de imprensa do Diretório Acadêmico de Economia, ao lado de outros dirigentes estudantis universitários (como Sebastião da Silva Ramalho, Aleksey Turenko, Hélio

Santana Mairata Gomes, Raimundo Garcia Cota, João Capiberibe (que seria Senador da República pelo Amapá), Edson Roffé Borges, entre outros citados nas fichas de meu dossiê.

Na esfera do mundo do trabalho, o SNI registrou minha participação na mobilização e organização da retomada do movimento sindical no estado do Pará. A partir de 1979 inicia a construção do movimento em prol da liberdade sindical e da luta contra o arrocho salarial vigente a época.

Para referência do trabalho sindical desenvolvido as fichas e dossiês dos órgãos de informação SNI/CGI/CSN mencionam meu nome ao lado de sindicalistas de renome, entre os quais o de maior expressão a época, Raimundo Antônio da Costa Jinkings, a época, dirigente máximo do Partido Comunista Brasileiro no Pará.

No período compreendido entre 1968 e 1970, com o recrudescimento da repressão, participei de grupos que ofereciam apoio logístico às organizações clandestinas, entre as quais se destacam num primeiro momento a Ação Libertadora Nacional (ALN) e num segundo, a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-PALMARES). Com relação à primeira, meu envolvimento maior se deu por meio da organização de um grupo de apoiadores que se prontificara a contribuir financeiramente no propósito de sustentar os militantes de esquerda que haviam caído na clandestinidade. No desempenho dessa missão menciono Carlos Sampaio, João Moacir Mendonça e João Capiberibe e sua esposa Janete Capiberibe, que se tornaria deputada federal também pelo Amapá, aquela época grávida de seu primeiro filho.

Dentre as ações de maior impacto vale mencionar o apoio a fuga empreendida para o exterior dada ao militante Flávio Augusto Neves Leão de Sales (ALN), a época com 16 anos de idade, responsável pela ação denominada de desapropriação que ficou conhecida como “assalto a Gelar”, empresa fabricante de sorvetes de frutas regionais da Amazônia, sediada em Belém-Pará, hoje extinta.

Para tanto, o contei com a participação do economista e empresário José de Jesus dos Anjos Bittencourt (FEOLA), o qual se dispôs a realizar essa perigosa missão.

Posteriormente, com o desmantelamento da Ação Libertadora Nacional - ALN que se segue ao assassinato de seu líder maior, Carlos Marighela, pelo Delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury Filho, em 1969; passei a me dedicar ao apoio logístico

de ajuda aos membros clandestinos da VAR-PALMARES, oportunidade em que conheci Breno (Carlos Alberto Soares de Freitas). Na VAR-PALMARES, participei, com Sebastião da Silva Ramalho, do apoio logístico aos militantes clandestinos que, vindos do sul, chegavam a Belém. Essa ajuda implicava, entre outras ações, cambiar os dólares que aqui chegaram logo após a notícia do roubo do cofre de Ademar de Barros. Os dólares eram trocados sempre que um militante dessa organização chegava a Belém, precedido por sugestivo código expresso em forma anúncio publicado no Jornal Correio da Manhã sob o título “moveis de arte”, com a data e o dia da visita por motivo de viagem e, o mais importante, o nome da madeira, ou seja; a senha a ser declarada pelo militante em seu primeiro contato para assim receber o dinheiro. No Pará, integravam as fileiras da VAR-PALMARES as professoras da UFPA Zélia Amador e a assistente social Margareth Refkalefsky.

A respeito dos fatos ligados à VAR-PALMARES vale a pena, para maior substância testemunhal, mencionar a publicação do livro sobre a vida de Breno, Editora Zahar, “seu amigo esteve aqui”, de autoria de Cristina Chacel, onde apareço como depoente ao lado de Sebastião Ramalho, Zélia e Margareth.

Alguns fatos de minha vida social, cultural, profissional e política, constantes nos acervos do Conselho de Segurança Nacional – CSN, da Comissão Geral de Investigação

– CGI e do Serviço Nacional de Informação – SNI, os quais, em associação com documentos levantados nos arquivos (dossiê) do Banco da Amazônia, dão conta dos prejuízos morais, psicológicos e financeiros a mim impostos, sobretudo a minha carreira profissional de técnico do Banco da Amazônia e de professor-pesquisador da Universidade Federal do Pará, mormente no que toca aos atrasos de promoção, não validação de concurso público em que fui aprovado e cursos de pós-graduação, inclusive no exterior.

Eis os fatos:

1. Em 20/01/1971, conforme NABE, ACE- AO339647 lê-se:

dados de qualificação e antecedentes subversivos de RRC, funcionário do BASA, cogitado para assumir cargo de confiança naquele banco. RRC participou de várias agitações estudantis em Belém-Pará, tendo sido indiciado em inquérito policial militar por subversão, e absolvido por falta de provas. Esta Agência Central deu parecer de que há inconvenientes no aproveitamento de RRC em cargo de chefia do BASA, e que a permanência do mesmo como funcionário

daquele banco exigiria uma constante vigilância, particularmente quanto ao seu comportamento político.

2. Em junho de 1974 fui aprovado em concurso público para provimento de cargo de professor auxiliar, em regime de 20 horas, na disciplina Teoria Microeconômica do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Pará. Surpresa minha tomar conhecimento que o contrato que me seria apresentado para assinar exigia 40 horas de dedicação, o que tornava o vínculo legalmente inviável em razão de que a legislação trabalhista só permitia o acréscimo de mais 20 horas, tendo em vista que eu era funcionário do Banco da Amazônia em regime de 30 horas semanais.

3. Pesquisando os motivos do desacerto contratual, soube de pessoas situadas na administração superior da UFPA que se tratava de investidas do SNI e de outros órgãos do sistema de informação, como, aliás, fica evidente pelo teor da ACE-A0895702, de 07/01/1976, tendo por ASSUNTO: "...; INFILTRAÇÃO COMUNISTA NA UFPA". No citado resumo consta no item, Anexos do Documento: "CÓPIAS DE:; OFÍCIO ENCAMINHADO AO REITOR DA UFPA, ACC (i.e. Aloisio da Costa Chaves), DATADO DE 29 ABR 74, DENUNCIANDO A INFILTRAÇÃO COMUNISTA NA UNIVERSIDADE E SOLICITANDO PROVIDÊNCIAS." A seguir transcrevo parte da Declaração fornecida pela Universidade Federal do Pará, Curso de Economia, em anexo, onde está registrado:

DECLARAMOS, para os devidos fins de direito, que o sr. ROBERTO RIBEIRO CORRÊA, obteve aprovação no Concurso Público para Auxiliar de Ensino da disciplina ANÁLISE MICROECONÔMICA, realizado por este Curso, no dia 19 de junho de 1974. O referido é verdade. Belém, 24 de setembro de 1974.

Assinam a declaração a Secretária e o Chefe do Departamento, Professor Constantino Ribeiro Otéro.

4. Outro anexo que comprova a perseguição empreendida pelos órgãos de segurança e informação do Regime Militar pode ser apreendido numa declaração emanada da USP – Universidade de São Paulo dando conta da aprovação e aceitação do requerente para Curso de Mestrado naquela instituição. Segue-se a transcrição constante em Anexo: "Venho pela presente comunicar-lhe, que em princípio fica aceita sua inscrição para o ano de 1975, no Curso de Mestrado em Bancos de Desenvolvimento, adiantando-lhe que a vaga poderá ser confirmada apenas no mês de setembro". Mesmo com a aceitação da vaga, o Banco da

Amazônia não pode liberar o requerente em razão da interferência do SNI.

5. Esses eventos de flagrante desrespeito aos direitos humanos imprimiram anormalidade e prejuízo em a carreira profissional minha e de tantos outros profissionais desta UFPA, atrasando em oito anos minha formação de professor universitário, uma vez que tive de prestar concurso, novamente, em 1982, quando, novamente aprovado, acabei, por reflexo da abertura democrática, sendo finalmente contratado pela UFPA em regime de 20 horas.

6. Acresce ainda que em razão dos efeitos psicológicos dessa perseguição encetada pelos órgãos de segurança e informação, somente logrei paz e tranquilidade para cursar mestrado e doutorado a partir de 1996, sendo hoje doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário do Rio de Janeiro – IUPERJ.

7. Para ilustrar ainda mais a perseguição imposta pelo regime militar, o requerente transcreve parte do Relatório Confidencial da ASI/BASA (Assessoria de Segurança e Informação) sobre sua pessoa, onde é possível ler o seguinte trecho datado de 09.05.1973: “Foi indicado pelo BASA para participar do Curso de Projetos Agrícolas programado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico, Órgão do Banco Mundial, a ser realizado em Washington DC-USA, no período de 10.9 a 9.11.73, sob os auspícios daquele Banco”. Mais adiante, no mesmo dossiê, com data de 20.07.1973, lê-se: “Com relação ao processo de viagem ao exterior de Roberto Ribeiro Corrêa, esta DSI informa que existem registros que desaconselham a viagem do referido servidor.”

REFERÊNCIAS

BRASIL. Arquivo Nacional. **ACE-K003771083**. In <https://sian.an.gov.br/sianex>

BRASIL. Arquivo Nacional. **ACE-AO339647**. In <https://sian.an.gov.br/sianex>

BRASIL. Arquivo Nacional. **ACE-A0895702**. In <https://sian.an.gov.br/sianex>